

Processo n.º: 1.095.359
Natureza: Denúncia
Órgãos: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e Secretaria de Estado de Administração Prisional - SEAP
Denunciante: Stephannie Camillo Klamca (OAB/SP 416.178).
Denunciados: Mário Lúcio Alves de Araújo (Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública), Sérgio Barboza Menezes (Secretário de Estado de Administração Prisional), Marcelo José Gonçalves da Costa (Secretário Adjunto de Administração Prisional), Alan Johny Francisco da Silva (Comissão Processante Permanente)

À Secretaria da Primeira Câmara,

Tratam os autos de denúncia formulada por Stephannie Camillo Klamca, em face do Pregão Eletrônico n.º 184/2020 (Processo de Compra n.º 1451044 000184/2020, promovido pelo Estado de Minas Gerais, por intermédio das Secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública e de Administração Prisional- SEAP, cujo objeto consiste na

“Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às unidades prisionais do **LOTE 239: Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – CERESP Contagem e Carceragem do Fórum de Contagem, Complexo Penitenciário Nelson Hungria, Presídio de Ibirité e Presídio de Juatuba**, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênicas adequadas. As refeições deverão ser destinadas a presos e servidores públicos a serviço no **Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – CERESP Contagem e Carceragem do Fórum de Contagem, Complexo Penitenciário Nelson Hungria, Presídio de Ibirité e Presídio de Juatuba**” (Edital, doc. SGAP n.º 2251363).

Argumenta a denunciante que, no instrumento convocatório, constariam as seguintes irregularidades: 1) obrigação de averbação no Conselho

Regional de Nutrição do local onde os serviços serão executados de atestados emitidos por CRNs de outros estados da Federação, ferindo-se o princípio da isonomia (cláusula 9.10.1.3); e 2) possibilidade de isenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, o que favoreceria fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais (cláusula 6.14.6). Assim, requer a suspensão liminar do certame licitatório em comento.

Cumpre destacar que a presente denúncia deu entrada em meu gabinete, pela primeira vez, em 13/10/2020, às 16:04 horas, sendo que a sessão do pregão estava designada para o dia, 15/10/20, às 10 horas.

Passo a apreciar os pontos denunciados.

No que se refere à primeira questão abordada pela denunciante, constam no termo de referência as seguintes justificativas:

“5.1. A prestação de serviços de nutrição e alimentação envolverá todas as etapas do processo de operacionalização, produção e entrega das refeições no local indicado pela CONTRATANTE, observado o padrão de alimentação estabelecido, o número de comensais, os pos de refeição e os respectivos horários.

(...)

5.3. A CONTRATADA deverá submeter à avaliação e aprovação da Diretoria de Nutrição – DNU - da CONTRATANTE, o cardápio mensal a ser utilizado no mês subsequente. O mesmo deverá ser encaminhado até o quinto dia útil de cada mês e deverá ser elaborado por profissional de nível superior, nutricionista, detentor de registro regularizado junto ao CRN, que se responsabilizará pela total execução do cardápio aprovado.

(...)

21.2.1.3. O atestado de capacidade técnica deverá ter sido registrado no mesmo Conselho Regional que emitiu a CRQ, bem como na jurisdição do Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) em que os serviços foram executados, nos termos da Resolução CFN nº 378/2005 e Resolução CFN nº 510/2012. Caso a pessoa jurídica desenvolva atividade em outra jurisdição de CRN, o atestado de capacidade técnica deverá ser averbado

no CRN do local onde os serviços serão executados, conforme argo 8º da Resolução CFN nº 510/2012.”

Da leitura das justificativas acima apresentadas, e considerando, sobretudo, que a especificação editalícia pauta-se em disposição inserta no art. 8º da Resolução CFN n.º 510/2012, concluo, em juízo perfunctório, que não logrou a denunciante demonstrar flagrante ilegalidade que enseje intervenção cautelar no certame.

No que se refere ao segundo ponto aventado, destaco que o benefício fiscal de isenção junto ao ICMS foi previsto no Decreto Estadual n.º 43.080/02, com redação conferida por meio do Decreto n.º 43.349/03, bem como na Resolução Conjunta das Secretarias de Estado da Fazenda e de Planejamento e Gestão n. 3.458/03, com redação conferida pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF n.º 4.670/14.

Acerca da matéria versa o parecer emitido por esta Corte de Contas em resposta à Consulta n.º 888.173, de relatoria do Conselheiro Sebastião Helvécio, com caráter normativo (art. 210-A, do Regimento Interno), de cuja ementa transcrevo:

“CONSULTA - LICITAÇÃO - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO PARA LICITANTES SEDIADOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS ANTERIORMENTE AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - ATO DISCRICIONÁRIO DO ENTE TRIBUTANTE - A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO NÃO OFENDE, A PRIORI, O PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES - NÃO CABE AO TRIBUNAL DE CONTAS A ANÁLISE DE CONDIÇÕES APRIORÍSTICAS, ANTERIORES E ESTRANHAS AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - ADSTRIÇÃO DO ENTE LICITANTE AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - COMPENSAÇÃO AO MUNICÍPIO POR MEIO DO VAF. 1) **A concessão de benefício fiscal consiste em condição fático-jurídica apriorística que, por não dizer respeito ao procedimento licitatório em si, não pode ser objeto de**

análise pelo Tribunal de Contas a pretexto de sua repercussão sobre o princípio da isonomia previsto no art. 3º da Lei n. 8.666/93.” (Sessão de 11/12/13, pub. 23/4/14. Destaques)

Dessa forma, à luz da hermenêutica exposta no parecer transcrito, vislumbro, em juízo não exauriente, que o princípio da isonomia nos processos licitatórios não contém valor absoluto, a autorizar o exame da constitucionalidade ou legalidade de benefícios tributários ou sua eventual revisão por esta Corte de Contas, por constituir a política tributária exercício de competência constitucional do Executivo.

Não bastasse, em exame do edital, não se constata restrição à participação empresas localizadas fora do estado, especificando-se apenas a delimitação geográfica do local de prestação de serviços, medida, em análise perfunctória, pertinente, haja vista tratar-se de fornecimento de refeições prontas, para consumo imediato, em diversos presídios.

Por todo o exposto, indefiro o pedido liminar. Ressalto, contudo, que este Tribunal de Contas poderá determinar a suspensão dos procedimentos licitatórios em qualquer fase até a data da assinatura do respectivo contrato, nos termos do art. 60 da Lei Orgânica e do art. 267 do Regimento Interno.

Intimem-se a denunciante e os denunciados, via e-mail e D.O.C., deste despacho.

Após, remetam-se os autos ao órgão técnico para análise e, posteriormente, ao Ministério Público junto ao Tribunal.

Tribunal de Contas, em 14/10/20.

HAMILTON COELHO
Relator